

## Maria Micaela Dias Pereira Ramon

Universidade do Minho

### Reflexos de *Os Lusíadas* de Camões na epopeia barroca portuguesa

*Os Lusíadas*, de Luís de Camões, inspiraram, desde a data da sua primeira edição em 1572 até meados do século XVII, uma meia centena de poemas épicos escritos por autores portugueses, tanto na sua língua materna, como em Castelhana ou até mesmo em Latim. De facto, os moldes da epopeia camoniana serviram a um extenso número de autores seiscentistas para escreverem poemas que reflectem, por um lado, um sentimento nacional de resistência que crescia à medida que o regime filipino entrava em declínio e, por outro, o enorme apreço que a obra de Camões desde sempre, justificadamente, mereceu.

Uma epopeia caracteriza-se por ser um « poema extenso que narra acções bélicas e feitos heróicos, protagonizados por personagens também elas heróicas, usando uma linguagem grandiosa e solene »<sup>1</sup>. Por isso, a poesia épica, mesmo quando não é produzida por autores bafejados pelo génio camoniano, « salva-se geralmente em virtude do carácter colectivo do canto heróico »<sup>2</sup>. Ora, uma época como aquela em que Portugal esteve sob o domínio espanhol constituiu naturalmente um contexto ideal para a proliferação de textos em que o carácter elevado das acções levadas a cabo por uma entidade colectiva seja incitado e / ou enaltecido.

Esta atitude literária, no que à Literatura Portuguesa diz respeito, remonta, aliás, ao século XVI, ao longo do qual os escritores pertencentes à pléiade mirandina se incentivaram mutuamente a escrever um poema épico que pusesse em evidência a grandiosidade do povo português, procurando dessa forma evitar aquilo que fatalmente haveria de acontecer, ou seja, a subjugação espanhola motivada pela crise dinástica que o desaparecimento de D. Sebastião originou. E, se no século XVI, esse pedido insistente encontrou resposta apenas na magistral epopeia camoniana, o século seguinte, como ficou dito anteriormente, foi prolífero no surgimento de poemas deste género que não procuravam já evitar o inevitável, mas sim instigar o alento necessário à reconquista da independência nacional.

Com efeito, nunca a dominação espanhola fizera apagar na maioria da população a vontade de independência. Grande parte da nobreza e do alto clero partilhava esse sentimento generalizado e que se tornou mais vivo com a política de dureza, de espoliação tributária e de levantamento de tropas adoptada em relação a Portugal aquando da guerra entre a França e a Espanha e da insurreição da Catalunha, que levou o governo de Madrid a convocar numerosos nobres para a campanha contra a província sublevada.

Perante esse sentimento generalizado de descontentamento, a sociedade portuguesa, de estruturas aparentemente frágeis, fez, no entanto, vingar uma vontade de

<sup>1</sup> Chaves Cuevas, 1988, p. 5.

<sup>2</sup> Pina Martins, 1996, p. XIV.

independência nacional entranhada na grande maioria da população, tornando assim possível o retorno à autonomia política, mantida, pertinaz e corajosamente, entre dificuldades desmesuradas.

Gabriel Pereira de Castro, nascido em 1571, em Braga, não é propriamente uma figura modelar no que concerne à resistência ao domínio filipino, uma vez que integrou o grupo daqueles que optaram por colaborar com as forças invasoras.

Os dados conhecidos da sua biografia apresentam-no como uma figura que, após ter frequentado, nos primeiros anos da sua vida, o Colégio de São Paulo na cidade onde nasceu, foi para Coimbra onde viria a obter uma licenciatura e um doutoramento em Cânones / Direito Canónico, « com muita distinção », a ponto de a Universidade lhe conferir a regência de algumas cátedras. Porém, face ao « talento, saber, brilho, honestidade e vontade de bem servir » de Gabriel Pereira de Castro, os poderes públicos não lhe ficaram alheios e, assim, apesar do profissionalismo com que exercia o seu magistério a nível da regência e da docência, Pereira de Castro foi nomeado, em 1606, pelo regente do reino, Juiz-Desembargador da Relação do Porto, o que o levou a deixar Coimbra, fixando-se nesta outra cidade.

A partir de então, a sua carreira como magistrado tornou-se fulgurante, sendo que em 1615 foi nomeado regente do reino para a Casa da Suplicação e, em 1617, para a Casa da Suplicação e dos Agravos.

Posteriormente, em 1623, e dada precisamente a sua afectação ao domínio castelhano, foi chamado para a corte, sendo nomeado, pelo regente do reino, Corregedor do Crime. Mais tarde, nomeiam-no Procurador Geral das Ordens Militares, sendo a sua fidelidade depois colmatada com a concessão da mais elevada honraria: tornar-se Chanceler-Mor do reino.

Gabriel Pereira de Castro foi, por isso, um magistrado conceituado e um teórico esclarecido, autor de diversas obras nas áreas da Filosofia do Direito e da Jurisprudência, mas também um poeta altamente estimado pelo academismo do seu tempo, em virtude de ter escrito o poema épico intitulado *Ulisseia ou Lisboa Edificada*.

Trata-se de uma obra publicada pela primeira vez, postumamente, em 1636, precisamente quatro anos antes da Restauração da soberania portuguesa, e através da qual o autor parece, em certa medida, desejar redimir-se do « pecado » de ter aderido à causa dos Filipes, ainda que tenha dedicado o seu poema precisamente a Filipe III de Espanha.

A *Ulisseia* apresenta um estilo fortemente marcado pelo academismo barroco, responsável pela intenção manifestada pelo autor de estar muito mais interessado numa imitação perfeita do que na criação de um poema verdadeiramente original, ao contrário do que acontecera com Luís de Camões.

À semelhança do que ocorre em *Os Lusíadas*, a *Ulisseia* é também composta por dez cantos em oitava rima, num total de 1212 oitavas correspondentes a 9696 versos. No entanto, cada canto é antecedido de uma oitava inicial, externa à acção, mas que contém o argumento desta. Este processo parece típico da epopeia barroca, pois é também usado, por exemplo, no *Viriato Trágico*, de Brás Garcia de Mascaranhas.

No que concerne à estrutura interna, o poema apresenta-se dividido nas quatro partes canónicas – Proposição, Invocação, Dedicatória e Narração. Esta última, porém, não se inicia *in media res*, motivo que leva o prefaciador da obra, Manuel de Galhegos, importante teorizador do barroco, a considerar a *Ulisseia* superior aos *Lusíadas*, afirmando :

Em nenhuma cousa mostrou mais o nosso Poeta seu talento, que no exórdio da narração, pois começa do principio da fabula, que he o ponto, donde se deve começar o Poema heróico, e não no meio, como fez Camões, vendo que Virgilio dá principio ao seu Poema com Eneas à vista de Carthago<sup>3</sup>.

Contrariando a preocupação principal expressa por Manuel de Galhegos no prefácio e que é provar que o poema de Gabriel Pereira de Castro está muito mais perto dos modelos homéricos do que *Os Lusíadas*, apresentando, conseqüentemente, uma qualidade superior à destes, a verdade é que é nítida a influência do modelo camoniano na criação do seu émulo.

Por razões que se prendem com as contingências inerentes à concepção de um trabalho como o que agora se apresenta, seleccionámos apenas um pequeno passo das duas obras para proceder a uma análise comparativa que possa, de alguma forma, servir de comprovativo ao que acabámos de afirmar. Escolhemos para tal a Dedicatória, por se nos afigurar como um excerto textual investido de interesse, não só literário, como também sócio-cultural e histórico.

Em ambas as epopeias, e como seria de esperar, a Dedicatória constitui a terceira parte da estrutura interna do poema. No caso de *Os Lusíadas*, ela ocupa um total de treze estrofes; na *Ulisseia*, não lhe são dedicadas mais que seis.

Quer num, quer noutro textos, é na Dedicatória que encontramos explícito o destinatário intratextual: D. Sebastião, no primeiro caso, e Filipe III, no segundo. Logo, tanto no poema épico quinhentista, como no seu sucessor seiscentista, o destinatário intratextual é o rei, a quem o narrador se dirige, adoptando as fórmulas tradicionais de submissão. Com efeito, as primeiras estrofes de ambos os poemas são dedicadas a fazer o panegírico do soberano em termos de hiperbólica exaltação das suas qualidades verificáveis ou apenas desejáveis.

É na construção textual da figura do destinatário interno da obra que são mais visíveis as influências do texto de Camões sobre o de Gabriel Pereira de Castro ou, dito de outro modo, é nesse passo onde se encontram mais marcas de intertextualidade entre as obras, uma vez que o autor barroco não só selecciona os mesmos itens dignos de exaltação que Camões escolhera, isto é, não só elege o mesmo conteúdo de expressão, como usa inclusivamente formas de expressão muito semelhantes às utilizadas pelo autor de *Os Lusíadas*.

Detenhamo-nos nessas semelhanças: Camões considera o Rei como um legítimo representante de Deus na terra, escrevendo: « Vós (...) Maravilha fatal da nossa idade, / Dada ao mundo por Deus, que todo o mande », ao que Pereira de Castro contrapõe os versos « Vós, grão Senhor, com quem o Ceo reparte / Dons, que o poder excedem da ventura »; Camões elogia a juventude do monarca que não o impossibilita, porém, de ser autor de grandes feitos (« Vós, tenro e novo ramo florecente, / De hua árvore, de Cristo mais amada »), sendo nesse elogio secundado pelo seu émulo que escreve: « Vós, que nos tenros annos hum gigante / Representais »; Camões dedica meia estância à referência hiperbólica ao império do seu senhor (« Vós, poderoso Rei, cujo alto Império / O Sol, logo em nascendo, vê primeiro; / Vê-o também no meio do Hemisfério, / E, quando dece, o deixa derradeiro »). Gabriel Pereira de Castro, ainda que de uma forma menos perifrástica, faz outro tanto (« Vós, (...) / De que o grito immortal da fama corre, / D'onde o Sol nasce, ás ondas, onde morre »; Camões acentua

<sup>3</sup> Pereira de Castro, 1826.

o papel de D. Sebastião enquanto esperança fundada da realização do projecto evangélico de expansão (« Vós, que esperamos jugo e vitupério / Do torpe Ismaelita cavaleiro, / Do Turco Oriental e do Gentio / Que inda bebe o licor do santo rio »). Pereira de Castro, fazendo embora uma actualização contextual, reitera o mesmo argumento nos seguintes termos : « Vós, açoute do torpe Lutherano ».

As semelhanças entre os textos dos dois poetas, nos exemplos que acabam de ser dados, são tanto mais evidentes quanto os itens citados surgem exactamente na mesma ordem nos dois poemas épicos, estabelecendo-se assim um nítido paralelismo entre os processos discursivos através dos quais se constróem os retratos panegíricos esboçados em ambos.

Tal paralelismo estende-se ainda à forma como o narrador de cada um dos textos, enquanto instância ficcional, constrói a sua identidade, partindo de uma não menos canónica *captatio benevolentiae*. Como seria de esperar, à magnimidade do ilustre destinatário opõe o narrador a sua própria humildade que o leva, numa « lógica da pragmática do mecenatismo »<sup>4</sup>, a assumir uma atitude de humilhação explícita do génio face ao poder.

O discurso epidíctico com que em ambas as Dedicatórias os monarcas são agraciados serve de exórdio ao passo seguinte em que os narradores apelam à benevolência e solicitam a atenção dos respectivos destinatários intratextuais. Em ambos os casos é usado um imperativo com valor desiderativo (« Inclinaí », *Lusíadas*, Canto I, v. 1 da estância 9 e « Suspendei », *Ulisseia*, Canto I, v. 1 da estância VIII) que serve aos poetas para solicitarem os favores reais.

Saliente-se que ambos põem em relevo o carácter majestoso do alocutário (« Inclinaí por um pouco a majestade », escreve Camões ; Suspendei por hum pouco do aureo Sceptro / A regia Magestade soberana », suplica Gabriel Pereira de Castro) que contrasta nitidamente com a humildade do locutor, mais assumida por Camões (que escolhe para si próprio um plano inferior metaforicamente expresso nos versos : « Os olhos da real benignidade / Ponde no chão ») do que por Pereira de Castro que apenas roga ao rei : « Dai-me vosso favor », admitindo assim a sua dependência em relação ao poder instituído.

A partir desta estância, e no que à Dedicatória diz respeito, os poemas divergem : Ca

A partir desta estância, e no que à Dedicatória diz respeito, os poemas divergem : Camões continua, por mais nove estrofes, esclarecendo que o motor do esforço ilocutório é o patriotismo abnegado que o leva a desejar cantar « o nome engrandecido / Daquelles de quem [D. Sebastião é] senhor supremo, (...) não movido / De prémio vil, mas alto e quase eterno ». Quanto ao poeta do século XVII, este apenas esclarece : « espero / Cantar de Ulysses, imitando a Homero ».

Se é certo que a intenção assim manifestada por Pereira de Castro não deixa de encontrar suporte textual que a sustenha, não é menos verdadeiro que, tal como pretendemos demonstrar analisando comparativamente este conjunto de estâncias que acabámos de cotejar, a epopeia camoniana funciona, para este como para os outros autores de poesia épica barroca, como o modelo a partir do qual os seus textos são escritos, deixando assim bem nítido o rasto de Camões na poesia épica seiscentista.

<sup>4</sup> Silva, 1999, p. 30.

## Bibliografia

## A)

Luis de Camões, *Os Lusíadas*, Porto, Porto Editora, s.d.

Gabriel Pereira De Castro, *Ulysséa, ou Lisboa Edificada*. Poema heroico, Lisboa, 1826<sup>4</sup>.

## B)

Eugénio Asensio, « España en la épica filipina », in *Estudios Portugueses*, Paris, Gulbenkian, 1975.

Manuela de Azevedo, (coordenadora), *Os Mares de Camões – VI Fórum Camoniano*, Lisboa, Colibri, 2000.

Hernâni Cidade, *A Literatura Autonomista sob os Filipes*, Lisboa, 1948.

*Dicionário Enciclopédico da História de Portugal*, Lisboa, Edição das Selecções do Reader's Digest, 2 vol., 1990.

Fidelino Figueiredo, *A Épica Portuguesa no Século XVI*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1987.

Óscar Gerardo Ramos, *Categorías de la Epopeya*, Bogotá, Publicaciones del Instituto Caro y Cuervo, 1988.

Maria Isabel Rebelo Gonçalves *et alii*, *Épica. Épicas. Épica Camoniana*, Constância / Lisboa, Cosmos, 1997.

José v. de Pina Martins, reedição fac-similada e apresentação de *Viriato Trágico em Poema Heróico* escrito por Bras Garcia Mascarenhas, Lisboa, Gulbenkian, 1996.

António José Saraiva, e Óscar Lopes, *História da Literatura Portuguesa*, Porto, Porto Editora, 1985.

Luis de Oliveira e Silva, *Ideologia, Retórica e Ironia n'Os Lusíadas*, Lisboa, Edições Salamandra, 1999.